

Norma Breda dos Santos
(ORGANIZADORA)

Brasil e Israel

Diplomacia e sociedades

EDITORA

UnB

Outros lançamentos da Editora UnB

Economia e sociedade – vols. I e II

Max Weber

A formação da realidade econômica

Rita de Cássia L. F. Santos

A natureza, o homem e a economia

Helano Maia de Souza

Lutas, jogos e debates – 2ª edição

Anatol Rapoport

Poder e sociedade – 2ª edição

Abraham Kaplan

Harold Lasswell

Sindicalismo e democracia

Betina Schürmann

Política e graça

Christian Meier

A proteção internacional dos direitos humanos e o Brasil

Antônio Augusto Cançado Trindade

Política de defesa no Brasil

Domício Proença Jr.

Eugenio Diniz

Brasil e Israel: diplomacia e sociedades

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor
Lauro Morhy

Vice-Reitor
Timothy Martin Mulholland

EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Diretor
Alexandre Lima

CONSELHO EDITORIAL

Alexandre Lima, Airton Lugarinho de Lima Camara, Emanuel
Oliveira Araújo, Hermes Zaneti, José Maria Gonçalves de
Almeida Júnior, Moema Malheiros Pontes



Norma Breda dos Santos
(organizadora)

Brasil e Israel: diplomacia e sociedades

*Coleção Relações Internacionais,
dirigida por Amado Luiz Cervo*

EDITORA



UnB

Copyright © 2000 by Norma Breda dos Santos (organizadora)

Impresso no Brasil

Direitos exclusivos para esta edição:

Editora Universidade de Brasília

SCS Qd. 02 Bloco C Nº 78

Ed. OK 2º andar

70300-500 Brasília – DF

Tel: (0xx61) 226-6874

Fax: (0xx61) 225-5611

editora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Equipe editorial: Wânia de Aragão-Costa (Preparação de originais); Terra Brasil – Fábrica de Textos (Revisão); Fernando Luis (Editoração eletrônica); Márcio Duarte (Capa)

Ficha catalográfica elaborada pela
Biblioteca Central da Universidade de Brasília

B823 Brasil e Israel: diplomacia e sociedades / Norma Breda dos Santos (organizadora). – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2000.
264p. – (Coleção relações internacionais)

ISBN 85-230-0592-7

1. Relações internacionais – Brasil. 2. Relações internacionais - Israel. 3. Diplomacia. 4. Política internacional. I. Santos, Norma Breda dos. II. Série.

CDU 327(81:569.4)

Para Helena Salem

Sumário

APRESENTAÇÃO, **9**
AMADO LUIZ CERVO

PREFÁCIO, **13**
NORMA BREDAS DOS SANTOS

PARTE I

O BRASIL E A QUESTÃO ISRAELENSE NAS NAÇÕES UNIDAS: DA CRIAÇÃO DO
ESTADO DE ISRAEL AO PÓS(?)-SIONISMO, **19**
NORMA BREDAS DOS SANTOS

BRASIL-ISRAEL: DA PARTILHA DA PALESTINA AO RECONHECIMENTO
DIPLOMÁTICO (1947-1949), **71**
TULLO VIGEVANI E ALBERTO KLEINAS

O BRASIL DE VARGAS E AS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS COM ISRAEL:
ANÁLISE COMPARATIVA COM A ARGENTINA, 1949-1955, **115**
LEONARDO SENKMAN

ISRAEL E O MUNDO ÁRABE NO CRUZAMENTO DAS ESCOLHAS
INTERNACIONAIS DO BRASIL, **149**
ANTÔNIO CARLOS LESSA

PARTE II

BRASIL E ISRAEL NA GLOBALIDADE: UM ENSAIO, **189**
PEDRO P. GEIGER

“JUDEUS MESSIÂNICOS” E SUA “CASA DE ISRAEL” EM BRASÍLIA:
TEMPO, ESPAÇO E IDENTIDADE, **217**

SONIA BLOOMFIELD RAMAGEM

MÍDIA E ORIENTE MÉDIO: UMA RELAÇÃO DE GUERRA E PAZ, **235**

DIANE KUPERMAN

Parte II

Brasil e Israel na globalidade: um ensaio*

*Pedro P. Geiger***

Povo e Estado

Quando as questões do papel e do futuro do Estado ocupam o centro dos debates filosóficos e político-ideológicos, relacionar Brasil e Israel conduz a esta introdução sobre povo e Estado.

Os mencionados debates fazem-se como que diante de um filme, no qual desfilassem cenas passadas ao longo da história relativamente recente, como: as da formulação da Internacional e de sua concepção do fim do Estado, no século XIX; a oposição burguesa a este e outros posicionamentos do movimento comunista, que chegou às raias do fascismo entre as décadas de 20 e 30; o “socialismo real” na antiga União Soviética e seu estatismo totalitário; o Estado previdenciário capitalista e sua crise, e a proclamação do “fim da História” ou do fim do Estado pelo capitalismo corporativo contemporâneo. Os debatedores apóiam-se nesses cenários históricos para os argumentos a favor ou contra tal ou qual concepção do Estado e dos interesses do povo.

Os debates filosóficos e políticos sobre o Estado e sobre os povos cobrem uma variedade de questões que envolvem os diversos campos da ciência social, a exemplo das questões da crise da

* O autor agradece a contribuição de Dina Moscovici em sugestões, fontes bibliográficas e críticas.

** Professor Associado do Laboratório de Gestão do Território do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (LAGET-UFRJ).

identidade, da identidade múltipla dos indivíduos e do pluriculturalismo. Os artistas, geralmente os primeiros a captarem os questionamentos que surgem a cada época, também têm tratado desse tema. Exemplo disso é a exposição de fotografias *Identidade/Não-Identidade*, realizada em junho de 1997, no Museu de Arte Moderna de São Paulo, e, depois, de setembro a outubro do mesmo ano, no Centro Cultural Light, no Rio de Janeiro. No catálogo da referida exposição, o curador afirma que, a partir do final dos anos 80, ganha força a deterioração da necessidade “de criar itens precisos de identidade nacional através de imagens paradigmáticas”. A propósito de um trabalho composto de inúmeros rostos em fotos 3x4, desbotadas, diz que se apresentam “como imagens diluídas pela repetição, desfeitas de identidade porque irreconhecíveis” e que, se “parecem irreais, é porque expõem um fragmento da verdade (...) o brasileiro imerso numa sociedade esmagada por contradições de toda ordem (...) a impossibilidade de identificar o outro, e a si mesmo, numa sociedade esfacelada como a atual”.¹

A crise retratada na exposição diz respeito ao Brasil e é uma entre outras formas de crise de identidade verificadas no mundo, partes de um processo geral, único, mas que assume várias dimensões, como o enfraquecimento do Estado nacional ou o fim do “socialismo real” europeu, regime que fora o depositário dos ideais universalistas de tantos, por tanto tempo.

O esvaziamento da “competição entre a nomenclatura comunista e o mercado livre” deu margem à ocupação deste vazio por diversos movimentos. De um lado, o crescimento de “novas identidades nacionalistas e de fundamentalismos religiosos e seculares”. De outro lado, movimentos na direção da “construção de identidades pós-nacionais, abertos e multiculturais [que] representam um ideal crítico, sobre o qual, ambas as suspeitas, existenciais e sociopolíticas da era presente, convergem”.²

¹ CHIARELLI, Tadeu. *Identidade/não-identidade: a fotografia brasileira atual*. Rio de Janeiro, Centro Cultural Light.

² MATUSTIK, Martin. *Post-national identity*. New York: Guilford Press, 1993, p. vi.

A mobilização política da diferença atua a favor da conservação da etnicidade, sem racismo, de “comunidades comunitárias de significação”. A permanência da nação, como valorização da diferença, tem servido à resistência ante uma homogeneização imposta por forças hegemônicas, muitas vezes mascaradas de universalistas. No entanto, esta mobilização também pode-se colocar a serviço de movimentos racistas, de justificativas para “limpezas étnicas” ou de separatismos que atendem a interesses retrógrados.

Assim, a expressão “pós-nacional” utilizada por Matustik refere-se ao fato de que os indivíduos concretos se encontram, cada um, em dada diversidade cultural e resistem, individualmente ou em comunidades, à homogeneidade opressiva. “Pós-nacional” significa, portanto, multicultural, nações de convivência pluricultural, designadas de “nações sem nacionalismo” por Júlia Kristeva. Diz a autora que “somos todos estrangeiros, não só para os outros, mas para nós mesmos (...) a identidade pós-nacional admite apenas uma nação política transicional e cultural aberta, inconclusiva (...) a abertura multicultural para o outro ocasiona a emergência da solidariedade aos excluídos, abalados e oprimidos”.³

Matustik considera o pluriculturalismo como “processo real, [que] substitui com vantagem uma identidade internacionalista, idealizada, virtual”. Poder-se-ia acrescentar que o pluriculturalismo expressa mais uma transição do caminhar civilizatório. “A liberdade dos indivíduos da contemporaneidade pode ser medida de acordo com sua capacidade de escolher as suas pertinências, enquanto a capacidade democrática de uma nação, ou de um grupo social, é revelada pelo direito que oferece aos indivíduos de exercer a sua escolha”.⁴

O Estado é um objeto fixo em um território, ou seja, é axial. Em última análise, a territorialidade lhe pertence. A população é móvel, pode-se transladar, migrar e, eventualmente, alterar identidades. A população tanto pode viver a territorialidade como a

³ KRISTEVA, Júlia. *Nations without nationalism*. New York: Columbia University Press, 1993, p. 41–45.

⁴ *Ibidem*, p. 16.

desterritorialidade, em cujo extremo se encontra o nomadismo. Deleuze e Guattari assinalam que “os nômades inventaram uma máquina de guerra contra o aparelho do Estado. Nunca a história compreendeu o nomadismo, nunca o livro compreendeu o fora”.⁵ A figura do rizoma – desenvolvida pelos autores e que se aplica a um corpo, todo ele com ramificações, sem hierarquia e sem estruturação, que não começa nem se conclui, sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, que tem, como tecido, a conjunção “e...e...e...” – poderia servir para representar o povo.

Particularmente, quando se pensa nas relações Brasil–Israel e nos seus destinos, esta reflexão faz-se presente. De um lado, o Estado de Israel é uma criação recente, surgido justamente às vésperas de um período no qual se passou a falar do fim do Estado. Tem apenas 50 anos de existência e foi criado não só pela pressão dos judeus moradores naquele país, mas com a participação de amplos setores de um povo de 4.000 anos de história e espalhado pelo mundo. Por outro lado, a maior parte da judeidade, cerca de 2/3, continua em diáspora, munida das identidades nacionais dos países de seu nascimento ou naturalização. Esta diáspora compreende, hoje, até mesmo israelenses emigrados, a maioria nos Estados Unidos.

Deste modo, se a ampla maioria da judeidade empresta seu apoio a um Estado criado no bojo dos movimentos nacionais de base étnica que vêm ocorrendo na Europa desde o século passado, ao mesmo tempo, ela mantém a sua dispersão histórica, assumindo diversas identidades nacionais, enquanto sustenta, também, a identidade judaica. Esta identidade não passa pelas instituições de Estado, que é capaz de ligar, por afinidades eletivas, comunidades muito distantes entre si.

De modo singular, a experiência judaica faz vivificar a questão pós-moderna do “lugar” e do “global”. Cada comunidade judaica valoriza e vivencia o seu lugar e, ao mesmo tempo, preocupa-se com todos os lugares, com o mundo, não apenas porque

⁵ DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platos, capitalismo e esquizofrenia*, v. 1, São Paulo: Editora 34, 1995, p. 36.

neles há judeus, mas porque se preocupa com a humanidade em geral, na tradição bíblica. Torna-se dispensável enumerar a participação de judeus nas grandes causas universais. Assim, não é certamente por acaso que, quando a cultura contemporânea enfatiza as questões do lugar e do mundo, do território e do universal, da multiplicidade de identidades que cada indivíduo carrega, a história e a cultura do povo judeu – povo que antecedeu o estabelecimento do Estado-Nação – passam a ocupar lugar crescente na literatura e na mídia – povo que aparece como protótipo de condições pós-modernas e pós-nacionais.

Ao tratar da identidade judaica, Freud refere-se a “heranças arcaicas” incorporadas filogeneticamente.⁶ Na verdade, todos os Estados-Nação que surgiram na Europa calcaram-se em base étnica hegemônica. E, como geralmente estes Estados continham, em suas fronteiras, mais de um grupo étnico histórico, processava-se a tendência homogeneizante. Tal ocorria de forma pacífica em alguns países, como com os bretões na França, os escoceses no Reino Unido, enquanto noutros países, o conflito ainda se mantém aceso, como o que envolve setores bascos na Espanha e, acima de tudo, na antiga Iugoslávia. Alguns Estados, por incorporarem muitas etnias, denominaram-se de “impérios”, como o austro-húngaro, o otomano, o russo, que, sob a resistência das minorias, acabaram-se fragmentando ou passaram por pressões. Nesses Estados europeus, a cidadania provinha dos laços de sangue dos indivíduos com os povos que os constituíam.

As etnias dominadas possuíam, porém, área histórico-geográfica própria, enquanto a judeidade européia se constituía em diáspora histórica dispersa desde a Antigüidade, sem reclamar por uma territorialidade específica na Europa. Por outras razões, fora desprovida de cidadania, o que, naturalmente, contribuiu para a manutenção de sua identidade original. Somente a partir do Iluminismo, no século XVIII, os judeus foram obtendo a cidadania nos países em que habitavam, mas continuaram sendo freqüente-

⁶ FREUD, Sigmund. “Moisés e o Monoteísmo”. *Obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1969, p. 119.

mente discriminados. Quando parte da judeidade voltou-se para a conquista da cidadania exclusiva, teve de se voltar para Israel.

Outros grupos étnicos também realizaram dispersões, sem, no entanto, a dimensão temporal e espacial da judeidade. No caso dos curdos, na atualidade, pode-se falar de uma diáspora. Houve, também, dispersões pelas colonizações por extensão, caso dos russos na Ucrânia ou dos sérvios cristãos ortodoxos em Kosovo. Nesses casos, porém, os colonizadores procuram dominar o território. E há as colonizações distantes, como as realizadas na América, em que, geralmente, as colônias se independentizaram e formaram novos povos.

A criação do Estado de Israel seguiu o modelo histórico europeu, fundado sobre laços de sangue, ou étnico-culturais. Um vínculo formal foi estabelecido entre Israel e judeidade: a lei do retorno, votada pela Knesset, em julho de 1950. Influenciada pela história de perseguições anti-semitas, a lei assegura, a qualquer judeu, o direito de entrada livre no país e a naturalização.

Com a migração maciça do pós-guerra, trazendo judeus dos mais variados lugares, Israel acabou-se tornando país de culturas diversas. Nesse sentido, Israel também transmite o modelo americano, no qual a nação passa a se constituir de populações provenientes de diferentes origens. E, como em todo Estado, as forças da homogeneização passam a serem exercidas:

as instituições exercem fortes pressões sobre o imigrante para que ele esqueça seu passado diaspórico (...) reconhece-se, no entanto, que a fusão dos exílios é mais complicada que transferir simplesmente grupos de imigrantes por navios ou aviões. Um certo pluriculturalismo é hoje admitido em Israel (...) num primeiro tempo, o imigrante sente-se tão mais estrangeiro no seu novo país quanto mais mítica era sua percepção deste, antes de sua chegada. Cortado mais ou menos definitivamente do país onde cresceu, deverá resolver seus problemas materiais; mesmo ajudado pelas instâncias encarregadas de sua acolhida, deve-se alojar, achar trabalho. Pede-se-lhe que aprenda uma nova língua, o hebraico. Na primeira geração, segundo o contexto econômico, esses esforços de adaptação são mais ou menos prolongados. Imigrantes bem idosos ou não bastante qualificados para uma sociedade moderna não ultrapassam

jamais esta etapa. Os jovens e sobretudo os *sabras* (os nascidos em Israel; literalmente, “figos da Índia”; espinhentos por fora, doces por dentro) localizam-se melhor. O hebraico é sua língua, Israel, o seu país. Eles podem-se confrontar com a geração de seus pais. Se encontram dificuldades materiais reivindicam, às vezes com violência, aquilo que crêem lhes ser devido. De fato, a israelização é um processo longo, de duas, mesmo 3 gerações. Israel não é uma sociedade acabada.⁷

A territorialidade conquistada e suas tendências à homogeneização têm o seu preço. Paulatinamente, vão-se tornando mais distantes as identidades israelense e judaica. Em 1990, já 62% da população de Israel eram constituídos de *sabras*.⁸ Com a nova estrutura populacional e com os novos cenários do avanço dos direitos humanos, resulta que a lei do retorno, na sua formulação atual, passou a ser objeto de discussão em Israel.

O Brasil já é um Estado há 177 anos, formado nas condições americanas, em que os arranjos estatais precedem a formação das nações. Aqui é – a territorialidade – a “mãe gentil”, que fornece as bases para a cidadania de uma população formada pelas correntes imigratórias, livres ou forçadas, de diversas origens. O Brasil não chegou a assumir a ideologia de país do imigrante, na dimensão norte-americana – aqui não teríamos um ministro alemão ou uma ministra checa, como foi Kissinger e é Albright nos EUA.

País-continente, considera-se que os 67 anos de Império tiveram, na figura do Imperador, elemento catalisador para a manutenção da unidade brasileira. Na realidade, seria necessário alcançar fases mais adiantadas de urbanização e industrialização para que fosse difundida, por todas as amplas áreas do País, forte identidade nacional brasileira.

Assim, o Estado brasileiro é bem mais antigo que o Estado de Israel e a nação israelense. A situação dos migrantes em Israel, referida anteriormente, lembra o Brasil do começo do século,

⁷ BENSIMON, DORIS. *Les juifs dans le monde au tournant du XXI siècle*. Paris: Albin Michel S.A., 1994, p. 78–79.

⁸ *Ibidem*, p. 77.

quando eram intensas as correntes migratórias provenientes do Exterior. Mas, a formação de um povo brasileiro é bem mais recente que a do povo judeu. Portanto, se viver profundamente o passado é um predicado judaico, o ideal de um país do futuro aplica-se aos 2 países e às 2 nações, Brasil e Israel.

No Brasil, também se manifestaram as forças institucionais da homogeneização cultural, “uma intolerância com esta idéia de uma identidade plural que teve muita vigência no Estado Novo, por exemplo, quando se perseguiram as pessoas que usavam línguas estrangeiras”.⁹ Na época da ditadura Vargas, propagou-se a ideologia da aculturação das tribos indígenas; sob o rótulo da “democracia racial”, evitavam-se manifestações culturais próprias das tradições das populações negras. A prática da capoeira, por exemplo, era proibida.

Contudo, participando do fluxo comum, a população brasileira vai impondo novos padrões, valorizando manifestações que expõem tradições da cultura negra na história brasileira, multiplicando a aparição da cultura indígena na mídia. Não se trata, apenas, de exibir o passado, mas de vivificá-lo em novos contextos. Um grupo de índios pataxós, perto de Cabralia, na Bahia, trata de construir uma aldeia indígena no antigo formato, aproveitando os festejos dos 500 anos do descobrimento, para passar a receber, em média, 200 turistas por dia. Estes índios, embora aculturados, exibem a mesma habilidade antiga para as danças tradicionais, para ornamentar seus corpos, para pescar e flechar.

Nesse processo, a palavra “nação” passou, inclusive, a ser usada mais livremente: fala-se, até, de uma “nação rubro-negra” ou de uma “nação manguieirense”.

Na contemporaneidade, o povo brasileiro passou a dispor, também, de sua diáspora, resultante de intensas emigrações, particularmente para os Estados Unidos, Japão, Paraguai e outros países da América Latina, Portugal e outros países da Europa.¹⁰

⁹ RICUPERO, Rubens. Conferência realizada na Associação Comercial do Rio de Janeiro, 22 de junho de 1998.

¹⁰ GEIGER, Pedro P. “Mapa do mundo pós-moderno”. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SCARLATO, F. C.; ARROYO, M. (orgs.). *Fim de século e globalização*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 103–118.

A emigração exerce certo alívio na pressão por emprego e é uma fonte financeira, devido às remessas de divisas dos emigrantes para seus familiares no Brasil ou quando estes trazem poupanças ao retornarem, por um período ou definitivamente. Compreende-se que o governo brasileiro, em certas ocasiões, tenha agido a fim de apoiar brasileiros sofrendo discriminações nos países hospedeiros.

Tais desenvolvimentos levaram o Estado brasileiro a alterar a sua Constituição, em 1996. É reconhecida outra nacionalidade além da brasileira, quando se tratar de direito adquirido por nascimento no Exterior, por descendência de estrangeiro cujo país reconhece a cidadania dos descendentes, e por necessidades de trabalho.

Esses fatos seriam impensáveis há 30 anos. A formação do Mercosul, a exemplo dos blocos reunindo países em mercado comum, contribui para os movimentos de cunho transnacional. Nos aeroportos europeus, o controle já se faz separando os detentores de passaportes dos membros da União Européia dos outros viajantes. Prevê-se, para o futuro, identidade única para estes europeus. No entanto, os mercados comuns também promovem a separação, ao diferenciar movimentos endógenos das relações com o seu exterior. Enquanto é livre a circulação de europeus entre os seus países, crescentes barreiras têm sido erguidas contra a imigração proveniente dos países periféricos. Mais uma vez, Estado e povo confrontam-se e surge a queixa de que, enquanto são mantidos livres os circuitos do capital pelas fronteiras nacionais, tal não é permitido às pessoas.

Deste modo, no atual mundo da globalidade, apresenta-se o quadro em que convergem os novos comportamentos de brasileiros e os tradicionais comportamentos da judeidade. Até o presente, uma percepção empírica parece apontar que filhos e netos de brasileiros que se instalaram no Exterior mantêm a identidade brasileira ao lado da identidade dos países onde nasceram, fato associado ao atual clima pós-moderno, com elevado nível de comunicações e transportes.

Encontro dos Estados

Israel nasceu no momento de passagem do mundo da modernidade para a pós-modernidade, quando se acelerou o movimento

para o atual estágio da globalidade do planeta, quando a terra passou a “se encolher” mais rapidamente sob os efeitos da aceleração dos transportes e da instantaneidade da informação. Trata-se, também, de “encolhimento” no tempo. “Jamais os diferentes tempos sociais se confrontaram com tal relevo (...) passamos num piscar de olhos pelos diferentes próprios das civilizações, nações, tipos de sociedade e grupos variados.”¹¹

De um lado, a criação do Estado israelense completava um dos diversos movimentos de libertação nacional surgidos no século passado e desenvolvidos na Europa Central e Oriental sob a ideologia do sionismo.¹² De outro, a criação é sacramentada depois do Holocausto, que Adorno considera como o marco do fim da modernidade, e por decisão da ONU, o organismo internacional maior na hierarquia dos inúmeros que foram criados com a nova globalidade. Observe-se que a concepção sionista, desenvolvida na Europa, já apresentava um traço da virtualidade pós-moderna, uma vez que mentalizava a construção de um país fora da Europa. Sempre existiram comunidades judaicas na antiga Palestina, mas só houve adesão local ao sionismo depois da vinda dos pioneiros sionistas europeus.

A primeira grande presença do Brasil em Israel fez-se por intermédio de Oswaldo Aranha, que presidia a Assembléia Geral da ONU, em 1947, ao haver a decisão da partilha da antiga Palestina. Seu papel foi decisivo por ter adiado a votação por 24 horas, quando o resultado se mostrava incerto, dando tempo para que mais votos favoráveis à criação do novo Estado fossem cabalados. Logo em seguida, sucede, porém, um primeiro desencontro: Dutra demora para reconhecer Israel, o mesmo Dutra que fora Ministro da Guerra da ditadura Vargas, tanto durante o período em que a política brasileira se aproximava das potências do Eixo, quanto no período do

¹¹ GURVITCH, G. *La multiplicité a temps sociaux*. Le cours de la Sorbonne. Paris, 1958, p. 8.

¹² GEIGER, Pedro P. “Práticas transnacionales a partir de abajo: un estudio de caso, geografía aplicada y desarrollo”, Ano XVII, n. 35, Quito, CEPEIGE, IPGH, 1993, p. 5–11.

alinhamento com os Estados Unidos, depois de Pearl Harbour; o Dutra conterrâneo de Filinto Müller, que havia pertencido ao grupo fascistóide e anti-semita do primeiro governo Vargas.

Há de se considerar ainda outro aspecto. O imaginário da judeidade secular do centro e leste europeu era sensível aos apelos revolucionários. E o sionismo, ao abandonar a espera de um Messias, também era encarado como revolucionário. A maior parte do movimento sionista, na primeira metade do século atual, estava impregnada de socialismo.¹³ E foi

graças à liderança dos movimentos trabalhistas que o sionismo conseguiu atingir o seu alvo estatal (...). O movimento sionista sintetizou conceitos nacionais e de classe no processo material de reviver uma comunidade judaica na Palestina, nos anos 20/30. Isto constituiu a fundação material para a hegemonia espiritual do trabalhismo.¹⁴

O fato é que as práticas socialistas que criaram o *kibutz* ocuparam grande papel no desenvolvimento do Estado até recentemente. Conseqüentemente, para o governo Dutra, Israel – cedo reconhecido pela antiga URSS e recebendo armas da antiga Tchecoslováquia para se defender dos ataques árabes imediatos – surgia como candidato a se tornar mais um satélite comunista.

A ironia é que, pouco depois, tolhido pela Guerra Fria, localizado em posição geográfica extremamente sensível, Israel passou a ser hostilizado por setores da esquerda brasileira, apesar de suas liberdades democráticas e sindicais. Havia a justa preocupação com o povo palestino mas, passando por cima das necessidades de sobrevivência de Israel, pesava o seu alinhamento, não propriamente com o Ocidente europeu, mas com os Estados Unidos.

¹³ Este também mobilizou massas não-sionistas nos movimentos do comunismo internacional, ou no *Bund*, que pregava o socialismo, mas com a manutenção de uma identidade cultural judaica própria. Após a “intentona” de 1935, diversos *bundistas* foram presos como comunistas.

¹⁴ COHEN, Mitchell. *Zion, state, nation, class, and the shaping of modern Israel*. Oxford: Blackwell, 1987, p. 39.

Quanto às potências européias, note-se que seu posicionamento em face do conflito árabe-israelense era influenciado pelas “razões de Estado”, o que as colocava a favor dos árabes. Nos Estados Unidos, grandes empresas tomaram posição pró-árabe, considerada a importância de seus mercados. Veja-se, por exemplo, que, por causa do boicote que os países árabes impuseram às empresas que negociassem com Israel, apenas uma empresa aérea americana, a TWA, opera linhas para Tel Aviv. No entanto, a comunidade judaica dos Estados Unidos ultrapassa 5 milhões de pessoas e influencia a política americana. Isso resulta no fato de que os Estados Unidos tiveram de administrar políticas que conciliassem seus interesses no mundo árabe, com o apoio dado a Israel.

Para Israel, a presença da comunidade judaica nos Estados Unidos seria fator de opção. É verdade que, no outro pólo, na antiga URSS, tinham restado, do holocausto, 3,5 milhões de judeus, não dispondo Israel de poder algum de escolha. O governo soviético não era guiado, propriamente, pela opinião pública e decidira utilizar a oposição árabe à existência de Israel, como instrumento para a sua política contra os Estados Unidos. Ao mesmo tempo em que esses desenvolvimentos permitiram a presença militar dos russos em alguns países árabes, como no Egito de Nasser nos anos 60, levaram, também, à divisão do próprio mundo árabe e à consolidação da aliança entre Estados Unidos e Israel.

Por outro lado, a direção tomada pela política externa soviética serviria para criar justificativas para novas manifestações do totalitarismo sanguinário do stalinismo. O retorno do anti-semitismo dos tempos czaristas revelou cedo ao judaísmo e a Israel o que seria percebido mais tarde como o “comunismo real”. Somente com o movimento para a *perestroika* e a *glasnot*, as relações entre Israel e URSS restabeleceram-se.

Ora, setores da esquerda brasileira aliados a setores nacionalistas sustentaram a participação do Brasil nos movimentos dos não-alinhados e do terceiro-mundismo, que excluía Israel, então ligado aos Estados Unidos. Para o Brasil, esta participação atendia a interesses de abertura de mercados para sua economia emergente. A partir dos anos 70, cresceram muito as exportações e os investimentos brasileiros nos países árabes, o que resultou,

em 1975, no fato de o Brasil ter participado, na ONU, do chamado “voto anti-sionista”, que caracterizava o sionismo como racista. É outra ironia quando qualquer turista em Israel cruza com negros, soldados ou civis usando o solidéu, migrantes judeus etíopes.

Apesar da Guerra Fria, Estados Unidos e URSS, diante do terror atômico, passaram à fase do “condomínio”, administrando a manutenção da paz mundial. O mundo entrava em outra época histórica, na qual blocos militares eram substituídos por blocos econômicos, as empresas transnacionais multiplicavam-se, os fluxos financeiros aceleravam-se, desenhava-se a globalização e suas novas regionalizações. Nesse processo, o bloco comunista europeu implodiu e a hegemonia americana acentuou-se.¹⁵

Na nova fase, a paz mundial é estratégia ditada pela potência hegemônica, do mesmo modo como a Roma antiga queria a tranqüilidade no interior dos limites do Império, e a impunha à força. Agora, porém, o império é o mundo.

Brasil e Israel reposicionam-se. Quanto à questão da paz, é um ideal da tradição brasileira, que canta “a paz no futuro e a glória no passado”. O Brasil é o principal mediador no conflito entre Peru e Equador. Quanto à inserção no mapa do mundo, dissiparam-se o não-alinhamento, o terceiro-mundismo. O Brasil é, agora, um “emergente” no mundo da globalização. Por sua vez, a inserção do Oriente Médio no esforço pela paz mundial expressou-se nos tratados firmados pelo Egito e pela Jordânia com Israel e no reconhecimento da Autoridade Palestina pelo último.

A globalização pode ser entendida como uma etapa no desenvolvimento do que Wilkinson denomina de uma “Civilização Central”, cuja construção se teria iniciado durante o Império Romano.¹⁶ Nesta Civilização Central, participam diversos blocos, historicamente diferenciados. Um dos blocos é o chamado Ocidente,¹⁷ no qual Brasil e Israel ocupam posições periféricas: um no Sul, o outro no limite Leste.

¹⁵ GEIGER, Pedro P. “Praticas transnacionales a partir de abajo: un estudio de caso, geografia aplicada y desarrollo”, *op. cit.*

¹⁶ WILKINSON, David. “Cities, civilizations, and oikoumenes I”. *Comparative civilizations review*, n. 27, Fall, 1992.

¹⁷ HUNTINGTON, Samuel. “The West: Unique, Not Universal”, *Foreign affairs*, nov.-dez., v. 75, n. 6, 1996, p. 28-46.

Foi criado o conceito de país pivotal para os interesses da potência hegemônica. Trata-se de países cuja sorte tem a capacidade de afetar intensamente a estabilidade regional e internacional. Assim, Brasil e Israel passaram a se igualar na categoria de países pivotaes na periferia do Ocidente:¹⁸ o Brasil, liderança na América do Sul e principal economia do Mercosul, bloco econômico que experimenta sérias dificuldades devido à crise financeira brasileira. O caráter pivotal do Brasil tem base em instâncias econômico-políticas. Israel encontra-se na fronteira do Oeste com o mundo árabe. Ao contrário do Brasil, que está rodeado de países amigos, Israel luta para ser aceito pelos seus vizinhos e para que seja construído um bloco regional econômico no Oriente Médio. Recentemente, estreitou suas relações militares com a Turquia, país com o qual mantém significativo comércio de mercadorias. Lembre-se que a Turquia, embora muçulmana, não é árabe e é membro da OTAN; tem problemas políticos com seus vizinhos Síria e Iraque, e seus governantes empenham-se em manter o regime laico.

É nesse contexto mundial que se dá a reaproximação entre Brasil e Israel, abrindo caminhos para maior cooperação técnica e trocas comerciais. Comparando o PIB *per capita* dos 2 países, o de Israel sendo cerca de 3 vezes maior que o brasileiro, de aproximadamente 4 mil dólares, é como se a população de Israel fosse multiplicada por 3, passando de cerca de 5,6 milhões de habitantes para cerca de 16,8 milhões, mercado razoável para a produção brasileira. Em 1996, a entrada de investimentos diretos estrangeiros em Israel era apenas 4 vezes menor do que no Brasil. Este ocupava o 6º lugar mundial, com 11,1 bilhões de dólares, e Israel, o 29º lugar, à frente da Índia, com 2,4 bilhões.¹⁹ Israel é altamente desenvolvido no setor de tecnologias agrícolas, medicina, aeronáutica, informática, etc. Ocupa, atualmente, o 2º lugar mundial quanto ao Produto no setor de *softwares*. Prevê-se, para

¹⁸ ROBERT, Chace; HILL, Emily; KENNEDY, Paul. "The Pivotal States". *Foreign affairs*, jan.-fev., v. 75, n. 1, 1996, p. 33-51.

¹⁹ United Nations, *World investment report*, 1998. New York and Genève.

breve, o estabelecimento de linhas aéreas diretas entre Israel e Brasil. Neste sentido, vale considerar, particularmente, o sucesso da música popular brasileira. Artistas brasileiros têm realizado sucessivas *tournées* naquele país.

Em 1999, o Brasil exportou US\$ 72 milhões para Israel, o que representou crescimento de 12,66% em relação aos US\$ 64 milhões de 1998. Quanto às importações, países produtores de petróleo como Irã e o Kuwait figuram com US\$ 51 milhões e US\$ 21 milhões, respectivamente. Israel aparece, razoavelmente, com US\$ 240 milhões, enquanto o Egito apenas com US\$ 11 milhões.²⁰

Configurações

A distância de Tel Aviv a Jerusalém é como do Rio de Janeiro a Petrópolis. Portanto, pareceria ridículo falar-se de posição interiorizada de Jerusalém. No entanto, em termos de dimensão territorial relativa, viajar de Tel Aviv a Jerusalém é como se deslocar do Rio para Brasília. E esta relatividade espacial compreende igualmente distâncias de tempo, ou seja, há, também, a dimensão temporal.

Os sinais, no entanto, podem-se inverter. Brasília, a capital interiorizada, é nova, inaugurada em 1960. Em Israel, Tel Aviv é que é a cidade nova, da década de 20, enquanto Jerusalém festejou, em 1998, 3.000 anos de idade. E ainda: Jerusalém voltou à posse de Israel apenas após a Guerra dos Seis Dias, em 1967, enquanto Tel Aviv foi sempre israelense.

Mas qual Jerusalém passa Israel a possuir em 1967? Não dominava Israel a maior parte da cidade, a mais moderna, desde a sua independência? Essa parte por si só não encarnava o significado histórico de Jerusalém, o espírito de Jerusalém na sua totalidade. Não poderia expressar as 2 Jerusaléns: a “de baixo” e a

²⁰ *Balança comercial brasileira – janeiro/dezembro 1999*, Secretaria de Comércio Exterior – Departamento de Operações de Comércio Exterior, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, janeiro de 2000.

“de cima”. A Jerusalém de “baixo”, do povo, e a “de cima”, não a do Estado (que continua localizada na cidade nova), mas a “divina”. Por isso, torna-se difícil, para o Estado, ceder parte da cidade aos palestinos; seria necessário, primeiro, a concordância da grande maioria do povo.

Assim, conquistar a Cidade Velha, chegar ao Muro das Lamentações, foi, em termos simbólicos, como atravessar milhares de quilômetros, só que através do tempo. Para Israel, significou voltar-se para o seu interior mais profundo, para as suas origens. Em Jerusalém, diferentemente de Roma ou Atenas, as ruínas participam da vida atual. Visita-se o Fórum Romano, a Acrópole, mas realizam-se rituais junto ao Muro das Lamentações. Reza-se junto ao túmulo de Raquel, no caminho de Belém, projetando-se o viver de um presente contínuo. É esta Jerusalém, de multiplicidades integradas, nem apenas velha, nem apenas nova, uma expressão do pós-moderno.

Brasília também fica a uma hora e meia do litoral, mas de avião. A cidade expressa igualmente um sonho antigo no tempo brasileiro. Desde o século passado, havia o desejo de se levar a capital do País para o interior. Não cabe aqui discutir as motivações que conduziram à realização do projeto nos anos 50, durante o governo Juscelino Kubitschek. O fato é que o projeto se legitimava na antiga ideologia que permanecia viva para grande parte da população: a de que o verdadeiro Brasil, o que promovera a Independência, era o Brasil agrário, dos fazendeiros já nascidos brasileiros – o Brasil do interior – enquanto o litoral era a área onde se concentravam colonizadores ou alienígenas, fossem eles comerciantes portugueses ou de outras nacionalidades. Nas cidades da faixa litorânea, particularmente na Região Sudeste, localizavam-se imigrantes europeus portadores de outras culturas. Buscar o interior, nele implantar a capital, simbolizava não só a manutenção dos valores formados na brasilidade, mas o empenho de desenvolver as imensidões geográficas do País, redistribuir as populações.

A fachada litorânea é o espaço da grande cidade industrial, em Israel como no Brasil. Trata-se da configuração mais comum nas Américas, não na Europa. O Brasil tem a maior parte do seu território no Norte, a maciça natureza tropical-equatorial amazônica, uma região a desenvolver, com enormes exigências ambientalistas.

Em termos relativos, o Negev possui o mesmo significado para Israel, em condições semi-áridas e áridas.

Modernidade, Pós-Modernidade

A idéia de modernidade é comumente associada ao progresso tecnológico. Na medida em que o progresso tecnológico é historicamente contínuo, tem o formato axial, e tendo em vista a articulação da instância tecnológica com todas as outras instâncias sociais, estabelece-se a idéia de um processo contínuo de modernização da sociedade humana.

Há de se considerar, no entanto, que o movimento do progresso tecnológico, do mesmo modo que o científico, não se fez em velocidade uniforme e os ritmos variam de setor para setor. Atualmente, por exemplo, assiste-se a uma aceleração particular no campo da biologia, da medicina e da biotecnologia.

A formulação do conceito de moderno realizou-se sobre a aceleração geral iniciada no século XVI, na Europa, não só no campo das ciências e técnicas, como no campo das idéias filosóficas e políticas. A partir daí, foi concebida, também, uma era histórica, a Idade Moderna, cuja datação é ainda objeto de discussão entre os historiadores. Para distinguir o quadro histórico dos séculos XVI, XVII e XVIII da situação nos séculos XIX e XX, passou-se a considerar uma História Contemporânea sucedendo a História Moderna. O termo “modernidade”, porém, refere-se à consolidação das conquistas acumuladas no campo das idéias e das ciências, realizada no século XIX e primeira metade do século XX, visto como um produto europeu.

A questão pós-moderna surge na crítica geral à cristalização de conteúdos e formas desta modernidade. A razão de ser da invenção não se encontra na homologia dos *experts*, e sim na parologia dos inventores. A invenção faz-se, sempre, no dissentimento.²¹ Quando

²¹ LYOTARD, François. *O pós-moderno*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.

os dissentimentos atingem o estado de mudanças paradigmáticas, necessita-se de nova expressão.

Como observado, artistas captam as mudanças profundas que ocorrem na sociedade e as expressam com suas linguagens específicas. O termo “pós-moderno” passou a ser utilizado particularmente por artistas plásticos, cineastas, escritores, arquitetos, para caracterizar os pontos comuns de seus novos estilos.

Não será aqui discutida a adequação da expressão “pós-moderna”, reflexão que pode ser encontrada em Jameson.²² Também não se tratará do determinismo, teoria do caos, da complexidade. Para a presente reflexão, basta constatar-se que, paralelamente à manutenção de processos e de ideais de homogeneização que procedem da modernidade, corre o movimento a favor da diversidade e de pluralismos. Dentro do próprio movimento da globalização, reconhecem-se instâncias diversas e, por vezes, contraditórias. Veja-se, por exemplo, de um lado, a desregulamentação da economia, que atinge por vezes o bem-estar de populações e, por outro lado, o crescente avanço da justiça internacional na defesa dos direitos humanos. Ou a abertura crescente das fronteiras internacionais para a circulação de capitais e mercadorias, e o fechamento maior, a partir dos anos 90, para as migrações das populações, à exceção da mais franca mobilidade no interior de mercados comuns.

O avanço da diversidade não se faz apenas pelo surgimento de novos processos ou pela ressurgência de antigos. Trata-se, também, de novas roupagens que vão tomando quadros já existentes. Por exemplo, na instância arquitetônica, a nova paisagem do Louvre, em Paris. Ao lado do palácio tradicional, ressurge a antiga forma da pirâmide, em construção que passou a servir de acesso ao Museu, mas totalmente feita de material transparente. Em outra instância, veja-se o caso dos movimentos fundamentalistas que se utilizam das últimas palavras tecnológicas, como a Internet.²³

²² JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1996.

²³ MARTY, Martiin E.; APPLEBY, R Scott. *Religion, ethnicity and self identity. Nations in turmoil*. Salzburg Seminar, Hanover/London: University Press of New England, 1998; RAMAGEM, Sônia B. *Fundamentalismos e espaços: uma reflexão geográfica*, Rio de Janeiro, novembro de 1998 (mimeo.).

O conceito pós-moderno implica a presença da diversidade e do pluralismo, em oposição à homogeneização sistemática. A história da diversidade e do pluralismo encontra-se calcada sobre as Américas e, particularmente, como utopia realizada nos EUA, país hegemônico.²⁴ Depois da Segunda Guerra Mundial, é a partir da América que se refez a Europa.

A diferenciação realiza-se, também, em termos geográficos. O pós-moderno, como uma posição do saber, apresenta-se nas sociedades mais desenvolvidas. Designa o estado da cultura após as transformações que afetaram as regras do jogo da ciência, da literatura e das artes a partir do final do século XIX.²⁵ A questão é que também o moderno, já presente desde o século passado em muitos lugares, não atingiu todas as regiões do Globo, fato que compõe a diversidade presente e que gera uma série de confrontações equivocadas entre setores modernistas e pós-modernistas. Os modernistas equivocam-se quando consideram que o pós-modernismo não integra o modernismo, como se os pós-modernistas ignorassem o espírito da “filosofia do não” de Bachelard; ou, ao considerar que os pós-modernistas se obrigam à aceitação política de todos os aspectos da globalização. Por outro lado, pós-modernistas podem-se equivocar caso ignorem que muitos setores ainda se encontram na fase de absorver a modernidade.

Quando se constata que as tecnologias agrícolas mais avançadas se encontram difundidas por Israel, se continuará dizendo que a agricultura de Israel é moderna. E quando se consideram outros indicadores, como a circulação de 281 jornais por mil habitantes, em 1995, contra 64, no Egito e 45 no Brasil, por exemplo,²⁶ ou os investimentos estrangeiros *per capita*, como visto anteriormente, então o país será classificado de “desenvolvido” em certas tabelas estatísticas internacionais, isso apesar das pedras atiradas por fanáticos religiosos em carros que circulam no sábado em certas áreas de Jerusalém ou das áreas de acesso dife-

²⁴ BOUDRILLARD, Jean. *América*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

²⁵ LYOTARD, François, *op. cit.*

²⁶ UNESCO, 1996, *Statistical yearbook*, Unesco Publishing and Berman Press.

renciadas entre homens e mulheres ao Muro das Lamentações. (Aliás, a atmosfera local perderia seu mistério, não fosse mantido o costume).

Já o Brasil, com ainda cerca de 30% da população analfabeta, com amplos setores agrícolas trabalhando com baixos níveis tecnológicos, aparecerá classificado no grupo de “países em desenvolvimento” ou “emergentes”. Conseqüentemente, modernizar assume conotações diversas para cada país, para cada instância, para cada propósito. E, sem dúvida, justifica-se a necessidade da modernização em tantas áreas e setores da sociedade brasileira.

Ainda assim, figurando em categorias diferentes de algumas classificações internacionais, Brasil e Israel passam por algumas experiências comuns, embora diversificadas. Enfrentam, por exemplo, a fragmentação política, expressa, entre outros aspectos, pela multiplicação de partidos.

No Brasil do Império, existia o povo brasileiro em torno da figura do Imperador. Nos desfiles de Carnaval das Escolas de Samba, cuja massa é formada de camadas populares, este passado mantinha-se muito forte até recentemente, quando figuras fantasiadas evocando a antiga aristocracia se destacavam. Havia no Brasil imperial praticamente 2 partidos, que expressavam as 2 alternativas nas concepções da classe dominante. À proporção que se urbanizava e evoluía para nação, passando à República, cresceu o número de partidos, que passaram a refletir o florescimento da vida política nas regiões que se expandiam.

Depois da ditadura de Vargas, quando a vida política democrática foi sustada, os partidos políticos voltaram à cena, atingiram um número em torno de 8, mas 3 apenas mobilizavam a maior parte do eleitorado. Não vivíamos o pragmatismo anglo-saxão do sim/não, que reduz o número de partidos efetivos à 3, no Reino Unido, e 2, nos Estados Unidos. Mas, o que se viu recentemente, após o regime militar, foi a total fragmentação partidária. Atualmente existem 18 partidos: o governo dependendo de, pelo menos, 5 para aprovar suas proposições no Congresso.

Esta fragmentação acompanha a evolução das funções exercidas pelo Estado brasileiro. Inicialmente representando, sobretudo, interesses de classe, assume o papel de empreendedor da

urbanização e da industrialização. Ao longo desse processo, crescendo o trabalho não-agrícola, vai-se tornando um palco de negociações entre diferentes setores sociais. Assume, também, o papel de Estado previdenciário. Para realizar as funções previdenciárias e de gestor de amplos setores da economia, o setor público cresceu enormemente, passando a participar dos processos corporativistas. A expansão da ocupação do território foi um dos fatores que levaram ao crescimento dos setores públicos estadual e municipal. Mais recentemente, o processo conduziu à seguinte situação: de um lado, a urbanização atingiu dimensão tal que o mercado passou a exigir o crescimento do setor privado da economia; de outro lado, a dívida pública foi crescendo até se constituir em importante fator para a crise dos serviços, do Estado previdenciário e, finalmente, da crise financeira. Neste quadro, amplas áreas do setor político não só passaram a fazer o jogo, cada uma, de uma dada corporação, mas tornaram-se, elas próprias, corporações, procurando, sobretudo, benefícios para si mesmas.

A fragmentação acentuada expressa convergências com a globalização, que traz consigo a reorganização das funções de certos Estados, com a crise que envolveu ideologias estabelecidas a partir da modernidade, e da acentuação dos individualismos, em uma época de fragmentação maior do “eu”, em um país que não primava pelas tradições comunitárias.

Quando se fala do enfraquecimento do Estado, imagina-se um Estado antes forte. Quando se pensa na participação do Estado brasileiro como empresário econômico, ou em outras atuações, faz-se a imagem de um Estado forte. No entanto, serão estas as mensurações para avaliar um Estado forte? Quando a sonegação ao fisco ou ao INSS atinge elevados níveis sem maiores conseqüências ou, simplesmente, quando motoristas em profusão não respeitam os sinais de trânsito, é possível falar de um Estado forte? Não será mais forte um Estado como o americano, não apenas pelo peso do seu PIB ou pelo poder hegemônico mundial, mas porque, digamos, faz as leis de trânsito serem mais respeitadas? E esta força não provém da tradição comunitária, mostrando-nos que, se povo e Estado são entidades distintas, estão, no entanto, fortemente interligadas?

Flusser, sobrevivente do holocausto, sem minimizar a falta de responsabilidade da sociedade brasileira, valoriza, porém, o individualismo que nos mantém longe de tentações por ideologias totalitárias e aventuras guerreiras. Critica o excesso de responsabilidade social anglo-saxã, comparada com o comportamento mais individualista do brasileiro, mas conclui pela necessidade do melhor equilíbrio nosso com a solidariedade.

Os países que dominam a história do Ocidente são vítimas da ideologia, que começa a revelar-se delírio, ameaçando não apenas a liberdade, como a existência humana. No Brasil, a ideologia progressista também opera, e opera com maior desenvoltura, porque ainda não chegamos perto do nível que torna o delírio evidente (...) a ideologia nos encobre de modo ainda superficial, deixando espaço para ser rompida pela possibilidade do novo homem.

Este seria o homem *ludens*: o da arte, da ciência, do jogo.²⁷

Bobbio vê a fragmentação do poder político dos Estados associada à explosão da sociedade civil, por sua vez ligada a descentralizações na economia industrial, influenciadas, naturalmente, pela economia informatizada e os serviços telemáticos.²⁸ Esta explosão da sociedade civil seria como que uma socialização do Estado. Paralelamente, com a crise das ideologias messiânicas, também os partidos políticos se fragmentam e dá-se a conversão para movimentos regionais e grupos sociais de pressão de base.

No Brasil, o fenômeno da fragmentação associa-se à pressão de grupos sociais por categoria econômica e por alguma influência regional. A fragmentação mostra o confronto de setores em que o País se dividiu, expressão da complexidade crescente resultante do desenvolvimento. Note-se que, se no passado, o setor do trabalho industrial poderia assumir uma liderança, agora foi, no entanto, afetado significativamente. Primeiramente, pela sua redução, associada à informatização e automação, e, em segundo

²⁷ FLUSSER, Vilém. *Fenomenologia do brasileiro*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998.

²⁸ BOBBIO, Norberto. *Las ideologias y el poder en crisis*. Barcelona, s/ed, 1988.

lugar, pela sua divisão em setor privado e setor público, com direitos e vantagens desiguais.

Manifestam-se, também, alguns movimentos centrífugos de cunho regional. Os movimentos separatistas ocorridos no sul do Brasil não tiveram maior importância e desapareceram com o sucesso do Plano Real. Um aspecto do novo regionalismo acompanha o engajamento de regiões e cidades como partes da economia global.²⁹

Israel também passa por transformações políticas internas profundas. A judeidade manteve sempre a tradição de respeitar a mais plena liberdade individual. Na modernidade, amplos setores passaram a valorizar convicções, ideologias e visões de mundo que penetraram o sionismo. Agora, de um lado, perdeu-se o vigor do trabalhismo que se encontrava subjacente ao sionismo. É provável que a mudança geral, ocorrida na estrutura do setor do trabalho, presente aliás em todos os países industriais, tenha influenciado para tanto; de outro lado, mas se durante 20 anos, o Partido Trabalhista e o bloco conservador do Likud detiveram mais de 66, das 120 cadeiras do Parlamento, em 1996, passaram a ter 66 (55% do total de cadeiras) e, nas eleições de maio de 1999, não ultrapassaram a 49 (40,8% das cadeiras).³⁰ Com a intensidade da imigração, foi-se acentuando o caráter pluricultural do país em termos de grupos procedentes de diversos países, o que foi acentuando a fragmentação partidária. De modo esquemático, esses grupos agregam-se segundo 3 conjuntos: o dos judeus provenientes do mundo ocidental, os provenientes dos países muçulmanos e os russos. Deste modo, as orientações políticas passaram a ser influenciadas por motivações etnocêntricas. Acresce que a influência religiosa é muito mais forte na população mais pobre e de origem oriental. Resulta que, atualmente, a questão entre um país laico, de crescente democracia, e um país

²⁹ OHMAE, Kenichi. *The end of the national state*. London: Free Press, 1995.

³⁰ Cf. *Jornal do Brasil*, 18 de maio de 1999, p. 5. Relativamente às eleições de 1999, agregou-se ao número de cadeiras obtidas pelo Partido Trabalhista as cadeiras conquistadas por seus aliados da frente "Um Israel".

teocrático, tornou-se polar dentro de uma nação nova, contraditória, pluricultural, calcada no modelo americano, mas formada por um povo velho, no modelo dos asiáticos e europeus.

Conclusão

Tratou-se, inicialmente, dos movimentos no mundo contemporâneo, pós-moderno, que afetam processos psicológicos, culturais e ideológicos dos indivíduos. Vem-se tornando transparente a múltipla identidade do “eu”, que não está mais simplesmente referenciado a um único social, a uma única força política, a uma única finalidade de vida coletiva comum. Paralelamente, assiste-se a manifestações de migrações e transnacionalismos que relembram o nomadismo. Os avanços tecnológicos dos meios de transporte aproximaram tanto os países, fisicamente, que os migrantes podem manter suas identidades de origem ao mesmo tempo em que convivem com a cultura do país em que se estabelecem. O nomadismo pós-moderno, de migrantes transnacionais, com suas nostalgias, reaparece aparentemente como que respondendo à derrocada de antigas ideologias, como se este errar fosse a procura de novas Canaãs ou de uma nova ideologia.

migrantes seriam “seres tomados de vertigem” assumindo a função de promover a desconfiança na pátria. Tal desconfiança é necessária porque todas as pátrias se equivalem; todas limitam. O patriotismo (...) assume e glorifica os fios impostos, menosprezando os fios criados (...) mistério mais profundo que o da pátria geográfica é o que cerca o outro (...) O patriota sempre corre o risco de cometer crime ético-político ao santificar o costume. O costume mistificado encobre a feiura, a miséria, a doença da nação.³¹

Tratou-se, no final, das mudanças que ocorrem no Brasil e em Israel, na forma de fragmentações preocupantes que têm servi-

³¹ FLUSSER, Vilém, *op. cit.*

do para fazer, da globalização, alvo de fortes críticas. Alguns apegam-se a passadas ideologias da modernidade, como se a derrocada de umas fosse apenas decorrência dos ataques das outras, sem reconhecer suas limitações internas. O grande debate dá-se entre as microvisões associadas à fragmentação e ao capitalismo, e a procura dos maximalismos associados às “grandes narrativas”, expressão cunhada por Lyotard, vale dizer, do socialismo, mas também do nacionalismo, do fascismo e do fundamentalismo.

Jorge Child ironiza as atuais democracias ocidentais que, pensam que, com a

proliferação de direitos individuais e sociais, de organização de usuários, de mecanismos de defesa contra os abusos da autoridade e dos monopólios, como ação de tutela e defesa do povo e que, ao estender a participação eleitoral de comunidades e estabelecer iniciativas populares para apresentar leis e legitimar e financiar o pluripartidarismo, se logrará a paz perpétua nesta sociedade neocapitalista liberal. [E que] o ideal do fim do Estado inspirou todo socialismo utópico e “científico” para livrar o homem da exploração do Capital, do poder estatal e da miséria – “o Estado então instrumento de classe”. Hoje o mesmo ideal do fim do Estado é compartilhado pelo neoliberalismo, mas para livrar o capital do intervencionismo estatal e das macrodefesas sindicalistas e políticas. [Afirma ainda que] a explosão constitucional contemporânea está apoiada pela filosofia pós-modernista, que joga com a contingência, com a micrologia, com a deslegitimação de movimentos unificadores de uma totalidade com destino histórico (...) o pensamento liberal coincide com a filosofia pós-modernista em seu ataque aos intentos de uma reconstrução de totalidades predeterminadas (...) em vez disso, direitos escritos em Constituintes, onde formalmente os indivíduos e comunidades pobres têm todos os direitos possíveis, mas nenhum poder real.³²

Como classificar o texto acima? Como manifesto socialista ou fascista? E contém contradições caso se transfira o tema para

³² CHILD, Jorge. *Fin del estado*. Santa Fé de Bogotá: Editorial Grijalbo S.A., 1997, p. 7–10.

a discussão que ocorre atualmente em relação ao formato do atual Estado brasileiro e se imagine o posicionamento que o autor teria? Certamente o consideraria de tendência neoliberal por posular menos empresas estatais e mais função reguladora, que poderia ser a forma do “intervencionismo estatal em prol de macrodefesas sindicalistas e políticas”. O crescimento do setor das estatais, ao longo dos anos, absolutamente não foi fator para melhorar a distribuição da renda no Brasil, se não o contrário.

Ora, o que corrói grandes sistemas é a falta de flexibilidade das microvisões. Saber administrá-las, incluídas as do pluriculturalismo, não foi este o segredo da permanência do capitalismo? E não teria sido a rigidez do sistema soviético e a falta de democracia que o levaram ao colapso? De qualquer modo, a globalidade na sua forma atual pode ser aproveitada para ações positivas de ajustes de maximalismos e microvisões quando estão sendo testadas no planeta sistemas tão diversos, como o chinês comparado ao norte-americano.

Já que no mundo contemporâneo valoriza-se simultaneamente o local e o global, certamente encontrar-se-á forma que compatibilize totalidades predeterminadas e liberdades de indivíduos e comunidades. Na base do processo histórico vivido nas últimas décadas, quando, particularmente nos países em desenvolvimento, os problemas da desigualdade social e da exclusão vêm se agravando, é hora de se buscarem novas formas de construção que atendam tanto aos anseios de igualdade como aos de liberdade e fraternidade. Passar de uma cultura de guerra para uma cultura da paz faz parte deste ideário.

No que diz respeito a Israel, podemos dizer que a globalidade deve ser aproveitada para a promoção da reconciliação entre árabes e judeus. Pressionando, ou neutralizando, setores árabes, como o fundamentalismo de inspiração iraniana do Hezbollah ou do Hamas; convencendo a Síria de que não pode impedir a paz por causa de correções de fronteira depois de guerras por ela provocadas, que têm a ver com a segurança de Israel; pressionando Israel para o reconhecimento de um Estado palestino.

Quanto ao Brasil, além da construção do Mercosul e outras oportunidades de maior estreitamento de relações com várias

nações, incluindo Israel, esta globalidade deve servir para o alargamento do Estado de direito. Quando se considera que a “estratégia do capitalismo na época pós-moderna é a cultura”, isto significa que sem desenvolvimento e mudança cultural, mudança de comportamentos e mentalidades, não se avançará nos direitos humanos, na cidadania e na melhoria da distribuição de renda. Já podem ser observados alguns sinais nesse sentido, como o comportamento dos consumidores defendendo seus interesses em forma e número, antes não observados. Também têm sido notadas algumas mudanças no comportamento do comércio urbano, na crise atual do Real, quando, na sua política de preços, vai diminuindo sua tradicional visão colonialista no interesse de conseguir o alargamento do mercado.

Para o homem, indivíduo – sem ele o país não se direciona –, trata-se de assumir tanto o rizoma como a árvore, simultaneamente. Não ser uno, nem múltiplo. Ser multiplicidade.



recorte aqui

dobre aqui

!SR-47-580/85
UP CT/GOT
DR/BSB

**CARTÃO RESPOSTA COMERCIAL
NÃO É NECESSÁRIO SELAR**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
70919 970 BRASÍLIA DF

P E S Q U I S A

A Editora Universidade de Brasília está desejando conhecer melhor os seus leitores. Em nossos livros você encontra um formulário para preencher e nos enviar e receber gratuitamente informativos sobre nossos lançamentos. Aproveite para dar a sua opinião sobre os nossos livros. Obrigado.

Nome

Endereço

Bairro

Cidade

UF

CEP

RG

Telefone

Data de nascimento

CPF

Empresa onde trabalha

Profissão

Ramo de atividade

Sexo

masculino

feminino

Possui filhos?

sim

não

Estado civil

casado

solteiro

outros

Qual a faixa etária

0 a 5

6 a 10

acima de 10

Quais são as áreas, dentro de nosso linha de publicação, que mais interessam a você?

Negócios

Biografias

Culinária

Dicionários

Direito

Literatura

Psicologia

Turismo

Informática

Ciências Exatas

Religiões e Crenças

Ciências Biológicas e Medicina

Artes, Esportes e Lazer

Ciências Humanas e Sociais

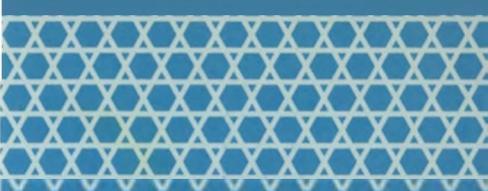
Use este espaço para dar sua opinião e/ou sugestões sobre as nossas publicações.



*Gráfica e Editora
Qualidade Ltda.*

Fone PABX (061) 386-5199
Fax: (061) 386-4200

qualidade@tba.com.br



Clássicos gregos e latinos
Editora UnB

Orestes
Eurípides

Lísis
Platão

Apologia de Sócrates/Crítion
Platão

Agamenon
Ésquilo

As traquínias
Sófocles

Díálogo dos mortos
Luciano

Hipólito
Eurípides

A sogra
Terêncio

A comédia da marmíta
Plauto

Pluto (A riqueza)
Aristófanes

Brasil e Israel



Brasil e Israel: diplomacia e sociedades foi escrito, com esmero, por oito autores que analisaram o tema com o objetivo de compreender a substância e o alcance das relações entre estes dois países. A primeira percepção que tivemos com sua leitura leva-nos a crer que não se descortina originalidade marcante nas relações de longo prazo entre Brasil e Israel, quando comparadas com as relações do país judeu com a maioria dos países ocidentais. Com efeito, o Ocidente viu-se na contingência de reagir diante da instabilidade política da região, da ascensão de Israel como potência regional e das grandes oportunidades de negócios criadas pelos países árabes. A conduta das diplomacias ocidentais, de certo modo, assemelhou-se.

Desde o empenho de Oswaldo Aranha em criar o Estado de Israel, quando este brasileiro era Presidente da Assembléia da ONU, em 1947, até nossos dias, a diplomacia brasileira nunca deixou de acompanhar o destino daquela nação do Oriente Próximo e de reagir em face dos acontecimentos que afetavam sua existência. As atitudes do governo brasileiro, como de outros governos, oscilaram, e muito, ante o quadro regional conturbado e ante o dilema de ter de considerar a sorte de países vizinhos a Israel, particularmente a causa do povo palestino. A política internacional teve, na região, uma de suas zonas de alta pressão, com impulsos próprios e não apenas decorrentes das injunções da Guerra Fria. Daí o envolvimento de um país como o Brasil – apesar de alheio ao conflito leste-oeste – com as convulsões políticas do Próximo Oriente.

Código EDU 277487

